

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissão
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATAS**



ATAS

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/3/2018

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 358/2018 (encaminhando o Projeto de Lei nº 5.037/2018), do governador do Estado; ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.036, 5.039 e 5.040/2018; Requerimentos nºs 10.435 a 10.449/2018 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Prevenção e Combate às Drogas, de Defesa do Consumidor, de Cultura, de Segurança Pública, de Transporte, da Pessoa com Deficiência, de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente e do deputado Léo Portela – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Duarte Bechir, Antônio Jorge, Bosco, Arnaldo Silva, Sargento Rodrigues e Carlos Pimenta – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento nº 3.192/2018; deferimento – Questão de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Coronel Piccinini – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – João Leite – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Sargento Rodrigues, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Antônio Jorge, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 358/2018**(Correspondente à Mensagem nº 394, de 19 de março de 2018)**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa egrégia Assembleia, projeto de lei que acrescenta dispositivo à Lei nº 22.445, de 22 de dezembro de 2016, que dispõe sobre educação escolar indígena no Estado.

A Lei nº 22.445, de 2016, foi resultado de uma ampla discussão sobre o modelo de currículo escolar a ser seguido em comunidades indígenas. Em conformidade com a Constituição da República, que assegurou o direito das comunidades indígenas a terem seus próprios processos escolares, o Estado dispôs sobre a modalidade de educação destinada ao atendimento das especificidades destes povos. A referida legislação reúne objetivos e diretrizes que primam pela autodeterminação e conservação das particularidades dos indígenas do Estado.

Todavia, a legislação estadual não criou mecanismos de efetivação da política de educação indígena no Estado. Conforme parecer do Conselho Nacional de Educação nº 14, de 1999, e sua Resolução nº 3, de 1999, a efetivação dessa política passa necessariamente pela criação da Categoria Escola Indígena nos sistemas de ensino. Nesse sentido, objetiva-se suprir a lacuna atualmente existente na legislação estadual.

Em vista disso, faz-se necessário atualizar a Lei nº 22.445, de 2016, instituindo a Categoria Escola Indígena, a fim de efetivar a premissa de proteção da cultura indígena, alinhada com a promoção de educação básica de qualidade com respeito à interculturalidade, multilinguismo e etnicidade no Estado.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente projeto de lei.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Fernando Damata Pimentel, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 5.037/2018

Acrescenta dispositivo à Lei nº 22.445, de 22 de dezembro de 2016, que dispõe sobre educação escolar indígena no Estado.

Art. 1º – Fica acrescido o art. 5º-A à Lei nº 22.445, de 22 de dezembro de 2016, com a seguinte redação:

“Art. 5º-A – Para atendimento à população indígena, fica criada a Categoria Escola Indígena.

Parágrafo único – As escolas da Categoria Escola Indígena serão regulamentadas por decreto.”

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

OFÍCIOS

Do Sr. Aurélio Suenes de Resende, prefeito de Resende Costa e presidente da Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes, e outros, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4.773/2017. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.731/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao respectivo projeto.)

Do Sr. Danilo Silva Batista, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais, solicitando sejam mantidos no Projeto de Lei nº 4.773/2017 os critérios relativos a patrimônio cultural, turismo, esportes e meio ambiente da Lei nº 18.030/2009 – Lei Robin Hood –, em vias de ser revogada por esse projeto. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Fernando Damata Pimentel, governador do Estado, encaminhando a relação de todos os regimes especiais concedidos no 4º trimestre de 2017, bem como daqueles regimes especiais anteriormente concedidos e que sofreram alteração no mesmo período. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Joel Maia de Abreu, presidente da Câmara Municipal de Carangola, solicitando a aprovação da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 4.148/2017. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Carlos Moura Murta, secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.643/2017, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. José Wanderley Uchoa Barreto, chefe de gabinete do ministro de Minas e Energia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.785/2017, da Comissão de Minas e Energia.

Do Sr. Lisandro Carvalho de Almeida Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.744/2015, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Lisandro Carvalho de Almeida Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão nº 8.110/2017, da deputada Rosângela Reis. (– Anexe-se ao respectivo requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.036/2018

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nova de Paz, com sede no Município de Porteirinha - Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública a Associação Comunitária Nova de Paz, com sede no Município de Porteirinha - Minas Gerais.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2018.

Deputado Léo Portela (PRB), Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, Vice-Líder do Bloco Minas Melhor.

Justificação: A Associação Comunitária Nova de Paz, com sede no Município de Porteirinha - Minas Gerais, presta relevantes serviços a sociedade, preenchendo todos os requisitos legais para o reconhecimento de utilidade pública.

Atuando diretamente promovendo a defesa de direitos da criança e adolescente, atividades educacional, cultural, dentre outras.

Assim, justo o reconhecimento como de utilidade pública, o que conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.039/2018

Dispõe sobre a extensão do prazo para o pagamento da taxa condominial e das taxas de Escolas particulares no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O prazo do pagamento do valor das taxas condominiais e das Escolas particulares será dilatado por até 15 (quinze) dias contados da data do recebimento do boleto.

Parágrafo único – As multas e juros referente ao "caput" deste artigo poderão ser aplicados somente após o prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento do boleto.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2018.

Deputado Carlos Henrique (PRB)

Justificação: A Inadimplência e o atraso dessas taxas ocorrem, na maioria das vezes por esquecer da data do pagamento ou problema financeiro inesperado, como a perda do emprego. Entretanto, essa taxa não paga afeta todos os condôminos, e no caso das Escolas afeta o funcionamento escolar, pois não seria justo alguns pagarem e outros não.

Para não gerar um problema grave pela inadimplência ou mora do pagamento, é necessário a dilatação do prazo, pois com o tempo maior, as pessoas podem se programar e separar o valor da taxa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.040/2018

Declara de utilidade pública a União Comunitária de Barbacena – UCB –, com sede no Município de Barbacena.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a União Comunitária de Barbacena – UCB –, com sede no Município de Barbacena.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2018.

Deputado Lafayette de Andrada (PSD), 1º-Vice-Presidente.

Justificação: O presente projeto de lei tem por objetivo conceder o título de utilidade pública estadual à União Comunitária de Barbacena – UCB.

Trata-se de entidade filantrópica de direito privado, sem fins econômicos com sede e foro na Avenida Olegário Maciel, nº 479, sala 39, Centro, Barbacena-MG. Dentre suas finalidades estão atividades de assistência social, promoção da saúde, da família, da maternidade, da infância e da velhice; combate à fome e a pobreza, com a promoção da segurança alimentar e nutricional; assistência a pessoas com deficiência, dentre outros.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 10.435/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cooperativa dos Instrutores de Formação Profissional e Promoção Social Rural – Coopifor – pelos 20 anos da sua criação e por ser referência no trabalho junto ao setor rural no Estado. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 10.436/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 20/3/2018, no Km 1 da AMG-3085, em Coronel Pacheco, que resultou na apreensão de 100kg de maconha e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.437/2018, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. em Barueri (SP) pedido de informações sobre o valor aplicado às passagens aéreas, visto que a passagem aérea entre Belo Horizonte e Montes Claros, com distância aérea de 354km, tem chegado constantemente ao valor absurdo de R\$2.000,00, cada trecho. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 10.438/2018, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. em São Paulo (SP) pedido de informações sobre o valor aplicado às passagens aéreas, visto que a passagem aérea entre Belo Horizonte e Montes Claros, com distância aérea de 354km, tem chegado constantemente ao valor absurdo de R\$2.000,00, cada trecho. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 10.439/2018, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Aviação Civil – Anac – pedido de providências para readequação do pátio do Aeroporto Mário Ribeiro, em Montes Claros, para que comporte aviões de maior porte, como o Embraer 195. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 10.440/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao subsecretário de Imprensa Oficial da Secretaria de Estado de Casa Civil pedido de informações sobre a situação funcional dos servidores que menciona, enquadrados como função pública desde 1º/8/1990 e que nunca fizeram jus ao desenvolvimento na carreira por falta de lançamento da efetivação junto ao Sistema de Administração de Pessoal do Estado de Minas Gerais – Sisap. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.441/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Roberto Carlos Machado, presidente da Associação Médica de Governador Valadares, pela realização do Projeto AMGV 80, em homenagem aos 80 anos do Município de Governador Valadares.

Nº 10.442/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as assertivas constantes nas fls. 58-60 do 3º Relatório Quadrimestral de 2017 do Sistema Estadual de Saúde, referentes aos recursos destinados aos hospitais de Governador Valadares e Teófilo Otôni e às obras do Hospital Regional de Governador Valadares. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.443/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para determinar o imediato pagamento de dívida no valor de R\$5.200.000,00 ao Hospital Santa Casa de Misericórdia do Município de Poços de Caldas.

Nº 10.444/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Mardio Bento Costa pela realização da operação Tarja Preta, que culminou por trazer a lume esquema supostamente criminoso de venda ilegal de medicamentos de uso restrito em Governador Valadares.

Nº 10.445/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Profa. Sandra Regina Goulart Almeida pela posse no cargo de reitora da UFMG. (– À Comissão de Educação.)

Nº 10.446/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 50º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/3/2018, em Montes Claros, que resultou na apreensão de veículos e na detenção de quatro pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.447/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia Independente de Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 20/3/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de aproximadamente 25kg de maconha e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.448/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 50º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/3/2018, em Montes Claros, que resultou na apreensão de drogas e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.449/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para a instalação de redutor eletrônico de velocidade na BR-354, no trecho compreendido entre os dois principais acessos ao Município de Cana Verde. (– À Comissão de Transporte.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Prevenção e Combate às Drogas, de Defesa do Consumidor, de Cultura, de Segurança Pública, de Transporte, da Pessoa com Deficiência, de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente e do deputado Léo Portela.

Oradores Inscritos

– Os deputados Duarte Bechir, Antônio Jorge, Bosco, Arnaldo Silva, Sargento Rodrigues e Carlos Pimenta proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 10.423/2018, da Comissão de Minas e Energia, 10.425 e 10.426/2018, da Comissão de Direitos Humanos, e 10.441, 10.443 e 10.444/2018, da Comissão de Saúde. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Prevenção e Combate às Drogas – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 14/3/2018, do Projeto de Lei nº 4.722/2017, do deputado Arnaldo Silva;
- de Defesa do Consumidor – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 14/3/2018, do Requerimento nº 10.283/2018, do deputado Sargento Rodrigues;
- de Cultura – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 14/3/2018, dos Requerimentos nºs 10.270/2018, do deputado Léo Portela, e 10.286/2018, do deputado Douglas Melo;
- de Segurança Pública – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 20/3/2018, dos Requerimentos nºs 10.266 e 10.395/2018, do deputado Sargento Rodrigues;
- de Transporte – aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 20/3/2018, dos Projetos de Lei nºs 4.587 e 4.588/2017, do deputado Dirceu Ribeiro, ambos na forma do Substitutivo nº 1, e dos Requerimentos nºs 10.231/2018, do deputado Fábio Cherem, 10.233/2018, do deputado Duarte Bechir, e 10.312/2018, do deputado Bosco;
- da Pessoa com Deficiência – aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 20/3/2018, do Requerimento nº 10.405/2018, do deputado Duarte Bechir;
- de Desenvolvimento Econômico – aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 20/3/2018, dos Requerimentos nºs 10.281/2018, do deputado João Leite, e 10.294/2018, do deputado Ricardo Faria; e
- de Meio Ambiente – aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 21/3/2018, dos Requerimentos nºs 9.985 e 9.986/2017, da Comissão de Participação Popular; e pelo deputado Léo Portela – informando sua desfiliação do Partido Republicano Brasileiro – PRB – em 13/3/2018 e sua filiação ao Partido da República – PR – em 15/3/2018 (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 3.192/2018, da deputada Marília Campos, em que solicita a retirada de tramitação do Requerimento nº 10.282/2018 (Arquive-se o requerimento.).

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, como V. Exa. pode verificar de plano, somos apenas três deputados em Plenário: V. Exa., o deputado Carlos Pimenta e este deputado. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos, e peço a V. Exa. o encerramento de plano.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 22, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 22/3/2018

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento – Falta de quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Rogério Correia – Arlen Santiago – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Dirceu Ribeiro – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Fred Costa – Geisa Teixeira – Gustavo Corrêa – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Rogério Correia) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 26, às 10 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/3/2018

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, André Quintão, Coronel Piccinini e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Geralda Gonçalves Coelho, moradora do Município de São João Evangelista (30/12/2017); e dos Srs. Adolfo Garrido, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (30/12/2017); e Philippe Barbosa, chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda (10/02/2018). Retira-se o deputado Coronel Piccinini. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.435, 4.660 e 4.689/2017 com a Emenda nº 1, votada em separado, e 592/2015, 3.670, 3.693 e 3.757/2016, 4.268, 4.618, 4.667, 4.683, 4.695, 4.717, 4.732, 4.775, 4.786, 4.811 e 4.814/2017 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 4.550, 4.707 e 4.721/2017 (relator: deputado Nozinho), 4.639, 4.700, 4.747, 4.804 e 4.842/2017 (relator: deputado Coronel Piccinini), 4.660, 4.682 e 4.687/2017 com a Emenda nº1, votada em separado, e 4.748, 4.784 e 4.841/2017 (relator: deputado André Quintão), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a

votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.869/2017, 10.074, 10.178, 10.188 e 10.191/2018. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.158, 4.203, 4.217, 4.275, 4.282, 4.324, 4.348, 4.369, 4.376, 4.395, 4.396, 4.402, 4.457, 4.458, 4.472, 4.515, 4.516, 4.517, 4.521, 4.522, 4.536, 4.549, 4.552, 4.553, 4.562, 4.571, 4.578, 4.579, 4.590, 4.608, 4.626 e 4.634/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.171/2018, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da redução do quadro de funcionários da empresa multinacional AngloGold Ashanti no Município de Nova Lima e região, tendo em vista o anúncio feito pela empresa, conforme informado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região;

nº 11.204/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 4.773/2017;

nº 11.235/2018, do deputado André Quintão, em que requer seja realizado debate público sobre os 30 anos da Constituição Federal de 1988 e seus impactos nos direitos sociais no Brasil;

nº 11.237/2018, do deputado André Quintão, em que requer seja realizado debate público sobre o Projeto de Lei do Senado nº 394/2017, que institui o Estatuto da Adoção;

nº 11.297/2018, dos deputados Rogério Correia e Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja realizada visita técnica à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, com a participação do presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, do Sisipsemg, do Sind-UTE e do Sindpúblicos, para discutir a situação do referido instituto exposta na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/02/2018;

nº 11.298/2018, dos deputados Rogério Correia e Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a situação geral do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – e dos atendimentos e das perícias, a partir de diagnóstico realizado em todas as regiões do Estado pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG;

nº 11.299/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o plano de carreira, cargos e salários do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg;

nº 11.300/2018, do deputado Rogério Correia, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de informações sobre se há dívida do Estado com o instituto, qual é seu valor e qual é o cronograma de pagamento a hospitais e clínicas conveniados e credenciados ao Ipsemg;

nº 11.301/2018, do deputado Rogério Correia, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências a fim de aperfeiçoar a Central de Relacionamento com o Beneficiário do referido instituto, com a finalidade de dar celeridade ao atendimento das demandas dos servidores beneficiários;

nº 11.407/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o processo de demissão em massa na planta da empresa AngloGold Ashanti, em Sabará, conforme denúncia do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região;

nº 11.408/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho;

nº 11.409/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cronograma da obra de pavimentação da Rodovia MGC-262, Caeté-Barão de Cocais, e a geração de empregos e renda na região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2018.

Celinho do Sinttrocel, presidente – André Quintão – Elismar Prado.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/3/2018

Às 14h17min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cristiano Silveira e Ricardo Faria (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (17/2/2018); Carlos Capristrano, delegado-geral de polícia da Polícia Civil de Minas Gerais (22/2/2018); Antônio Sérgio Tonet, procurador-geral de justiça do Ministério Público de Minas Gerais (23/2/2018); e da Sra. Daniela Diniz Faria, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (12/1/2018). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.336/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita ao ambulatório de atendimento aos transexuais do Hospital Eduardo Meneses, da Rede Fhemig, no Município de Belo Horizonte, para conhecer o trabalho desenvolvido;

nº 11.359/2018, dos deputados Rogério Correia e André Quintão, em que requerem seja realizada visita à Penitenciária Agostinho Oliveira Júnior, no Município de Unaí, para verificar as condições carcerárias e averiguar as condições para visita de familiares e a ocorrência de supostas violações de direitos humanos;

nº 11.388/2018, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja realizada visita à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac – no Município de Itaúna, com a finalidade de promover troca de experiências sobre o cotidiano de desafios dessas instituições, para a qual sejam convidadas as Apacs do Estado e o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia;

nº 11.410/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater questões relativas à dignidade dos pescadores profissionais do Estado, ante as mazelas do governo federal, e à sua regularização e documentação, além da proibição da pesca em algumas bacias estaduais e das consequentes dificuldades de subsistência para esses pescadores;

nº 11.439/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os índices de violência contra a mulher, como parte da agenda de luta do Dia Internacional da Mulher, celebrado no mês de março;

nº 11.440/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação em que se encontram os produtores de leite do Estado, quanto à dignidade humana;

nº 11.450/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e ao Núcleo de Combate aos Crimes Ambientais – Nucrim – do MPMG em Belo

Horizonte pedido de providências para informar os procedimentos que estão sendo admitidos em relação ao rompimento do mineroduto em Santo Antônio do Grama, que provocou a suspensão do fornecimento de água aos moradores da cidade;

nº 11.451/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Comissão de Direitos Humanos do Senado e à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados pedido de providências para que possam acompanhar e tomar as devidas providências quanto ao rompimento do mineroduto em Santo Antônio do Grama, na região da Zona da Mata mineira, que ocasionou a suspensão do fornecimento de água para os municípios.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à ocupação Carolina Maria de Jesus, no Município de Belo Horizonte, realizada em 4/10/2017, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2018.

Cristiano Silveira, presidente – Carlos Pimenta.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos

Local Visitado: Ocupação Carolina Maria Jesus

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 9.935/2017, de autoria da deputada Marília Campos, a Comissão de Direitos Humanos visitou, em 4/10/2017, a ocupação Carolina Maria Jesus, localizada em Belo Horizonte, para conhecer a situação do local e de seus moradores.

Participou da visita a deputada Marília Campos, acompanhada de Regina Helena Alves da Silva, professora da UFMG, e Poliana de Souza Pereira Inácio, coordenadora do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB.

Relato

Por ocasião da visita, a Comissão de Direitos Humanos conheceu a situação da ocupação urbana Carolina Maria Jesus, localizada em Belo Horizonte, bem como a situação de seus moradores. O imóvel, que estava ocupado havia 28 dias, pertence a um fundo de pensão de trabalhadores da extinta Telebrás denominado Fundação Sistel de Seguridade Social e estava desocupado desde o final de 2011.

O imóvel é comercial e tem um total de 15 andares, estando apenas 7 ocupados. Atualmente residem cerca de 200 famílias, totalizando uma população de aproximadamente 500 pessoas. O prédio possui rede elétrica em funcionamento, e as instalações de água e esgoto funcionam parcialmente.

No local há uma cozinha comunitária que serve quatro refeições diárias para os ocupantes. Os alimentos provêm de doações, de uma pequena horta comunitária e também são trazidos pelos ocupantes que trabalham fora da ocupação durante o dia. Segundo os moradores, o local onde atualmente está localizada a horta comunitária estava sujo e com muito mato.

Leonardo Péricles, coordenador nacional do MLB, afirmou que a propriedade ocupada não estava exercendo sua função social. Segundo ele, os ocupantes são, em sua maioria, oriundos das regiões do Barreiro, do Norte e do Centro de Belo Horizonte, e estavam morando na rua. Leonardo Péricles ainda pontuou que está havendo diálogo com os governos do Estado e do Município de Belo Horizonte, que, aliás, apresentaram uma proposta de pagamento de bolsa-moradia para os ocupantes do imóvel; contudo, segundo ele, a proposta dos Poderes Executivos Estadual e Municipal não atende aos ocupantes, que desejam adaptar o imóvel ocupado, que é comercial, para a moradia das famílias, ou transformá-lo em área de moradia popular no Centro da Capital.

No decorrer da visita, a Comissão de Direitos Humanos conheceu um dos andares em que os ocupantes estão alojados. O andar estava limpo e bem-cuidado, e pôde-se perceber que os moradores ergueram divisões improvisadas demarcando os espaços de cada família. Poliana de Souza Pereira Inácio, coordenadora do MLB, citou algumas regras de convivência adotadas na ocupação: não é permitida a entrada de bebidas alcoólicas nem drogas ilícitas; não são permitidos casos de violência contra a mulher, o que pode gerar a expulsão do agressor; a partir das 22 horas deve-se fazer silêncio, para que os ocupantes possam descansar; as 22h30min é o horário- limite para entrada na ocupação.

A seguir, a comissão assistiu a uma apresentação musical de Michael Guidan, um menino que mora na ocupação, que tocou violoncelo, momento que gerou muita emoção nos presentes.

A comissão conheceu, ainda, uma pequena creche existente na ocupação, que atende a 5 bebês, sendo um com menos de 20 dias de vida, e um espaço recreativo, que acolhe cerca de 15 crianças, de até 12 anos. Nesse espaço também serão iniciadas aulas de alfabetização de jovens e adultos, que serão promovidas por voluntários.

A deputada Marília Campos, após conhecer as instalações da ocupação, propôs que fosse realizada uma roda de debates com as mulheres, para que elas pudessem falar de como é ser mulher em uma ocupação. Cerca de 10 mulheres fizeram uso da palavra e contaram histórias emocionantes acerca das dificuldades que enfrentaram, tendo que superar problemas como desemprego, violência doméstica e falta de apoio dos pais de seus filhos, muitas delas relatando que criaram seus filhos praticamente sozinhas.

Conclusão

Ao final da visita, a deputada Marília Campos reforçou o apoio da Comissão de Direitos Humanos ao movimento, que, segundo a parlamentar, é legítimo, e ratificou seu comprometimento com essa pauta, assumindo a responsabilidade de continuar atuando nessa linha, no âmbito da ALMG.

Sala das Comissões, 14 de março de 2018.

Marília Campos, relatora.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/3/2018

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Guilherme Nunes de Avelar Neto, diretor de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Belo Horizonte, publicado no *Diário do Legislativo* de 9/3/2018. Comunica também o recebimento de *e-mail* do Sr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares informando que a Lei nº 11.867, de 1995, está desatualizada, prejudicando o direito das pessoas com deficiência, e se disponibilizando a participar de discussões que possam propor a atualização dessa lei. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.140/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Arnaldo Silva, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.405/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.521/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada visita à Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD –, no Município de Uberlândia, para conhecer as instalações, as condições de funcionamento e os programas de apoio à inclusão social que a entidade desenvolve para o melhor atendimento da pessoa com deficiência;

nº 11.545/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Macaé Evaristo, ex-secretária de Estado de Educação, por sua contribuição para a continuidade do funcionamento das escolas de educação especial no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2018.

Duarte Bechir, presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Braulio Braz, Fábio Avelar Oliveira e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater o Plano Estadual de Desenvolvimento da Gastronomia de Minas Gerais – PEDG – e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2018.

Roberto Andrade, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.469/2017

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Boca Júnior Esporte Clube, com sede no Município de Carmo do Paranaíba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública o Boca Júnior Esporte Clube, com sede no Município de Carmo do Paranaíba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática e a difusão do esporte.

Na consecução desse propósito, a instituição promove atividades desportivas, sociais e culturais que contribuam para o desenvolvimento do esporte; e organiza e participa de competições esportivas.

Ao analisar a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou emenda com o fim de adequar o nome da entidade ao consubstanciado em seu estatuto, com a qual concordamos.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol do desenvolvimento do desporto no Município de Carmo do Paranaíba, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.469/2017, em turno único, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de março de 2018.

Carlos Henrique, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/3/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Gisele Maria Bicalho Resende, padrão VL-33, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Jorge;

exonerando Hayessa Lorayne Miranda Borborema, padrão VL-14, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Missionário Márcio Santiago;

exonerando Thaís Domingos Soares, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira;

nomeando Diogo Antônio Gualter Ardison, padrão VL-14, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Missionário Márcio Santiago;

nomeando Thaís Domingos Soares, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor.

TERMO DE CONTRATO Nº 29/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho da Cruz. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da alínea “a” do inciso II do art. 17 da Lei nº 8.666, de 1993.



ERRATAS

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.060/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/3/2018, na pág. 33, no título, onde se lê:

“PARECER PARA TURNO ÚNICO”, leia-se:

“PARECER PARA O 1º TURNO”.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.027/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/3/2018, na pág. 50, no título, onde se lê:

“PARECER PARA O 1º TURNO”, leia-se:

“PARECER PARA TURNO ÚNICO”.